

Justiça na era da bioética

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ABH - SETEMBRO - 2007
ANO 13 - NÚMERO 120

Marcelo Albert



O controle da vida, tanto na sua concepção quanto na conservação, coloca frente-a-frente Direito e Bioética. A falta de legislação específica exige do cientista senso ético e profissional para se coibirem as ações judiciais. A polêmica sobre o momento exato do começo da vida levou o STF a realizar, pela primeira vez, em abril deste ano, uma audiência pública para orientar julgamento que envolvia o uso de células-tronco.

Páginas 6 e 7

**JUSTIÇA PRÓXIMA
DO CIDADÃO**

Página 3

**PROGRAMAS DO
TJ PARA 2008**

Página 5

Escola Judicial: trinta anos de sucesso

Orlando Adão Carvalho - *Presidente*

“A mais longa jornada começa com um simples passo” – disse o filósofo chinês Lao Tsé. E a Escola Judicial, em seus 30 anos, mostra-nos uma trajetória de sucesso que se iniciou com o idealismo do desembargador Edésio Fernandes. Acompanhando os primeiros passos da Escola e sua realidade atual, podemos perceber que ela se restabelece a cada gestão, amplia e renova os seus serviços. A princípio, o foco eram apenas os magistrados. Com a Resolução 401/2002, houve a integração das funções de desenvolvimento de recursos humanos em um mesmo órgão.

Não temos dúvida do quanto é árdua a realização constante de concursos, em especial para a carreira da magistratura.

Anualmente, têm sido realizadas seleções para o cargo de juiz, porque o número de aprovados não corresponde às necessidades da Justiça. Isso sem contar que os concursos públicos são cada vez mais concorridos. Lembremos que, nos últimos concursos, para a Primeira e para a Segunda Instância foram, respectivamente, 189 mil e 116 mil inscritos.

A estabilidade do serviço público tem exercido grande atração. Mas, se há um apelo para o ingresso, vários órgãos públicos estaduais convivem com a freqüente migração de competentes servidores para outras instituições, depois da aprovação em novos concursos, com vencimentos mais

atraentes.

Embora estejamos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, os salários no TJMG ainda deixam a desejar se comparados a vários outros órgãos.

A nosso favor, é necessário considerar a crescente profissionalização das instituições públicas. Em Minas, essa profissionalização das equipes é desenvolvida com a atuação firme da Ejef, responsável pela formação constante de magistrados e servidores. À frente da Escola, está o 2º vice-presidente, desembargador Antônio Hélio Silva.

No desenvolvimento dos recursos humanos, uma questão relevante é preparar o magistrado e o servidor para corresponderem ao que se espera da Justiça do nosso tempo. Não há mais que se falar em autoridade fria e distante, mas em um agente público atento à sua comunidade e às questões dinâmicas que lhe são apresentadas. Desempenho, produtividade, prontidão no atendimento às demandas e aperfeiçoamento constante são características exigidas hoje.

E, para concluir, reforçamos a importância de se disseminar o “orgulho” de sermos servidores públicos, como faz questão de dizer o professor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, primeiro coordenador da Ejef. Creio que a Justiça é um grande ideal por que vale a pena lutar. O ato de servir ao público, intrínseco à nossa atividade profissional, é uma outra grande bandeira a ser defendida.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Isalino Lisbôa;

2º Vice-Presidente: Antônio Hélio Silva;

3º Vice-Presidente: Carreira Machado;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendente de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho; **Secretário Especial da**

Presidência: Luiz Carlos Elói; **Secretária do**

Presidente: Sidneia Simões; **Assessora de**

Comunicação Institucional: Goretta Paiva;

Gerente de Imprensa: Wilson Menezes;

Jornalista Responsável: Ione Bernadete Dias -

RG n. 1.929/MG; **Revisão:** Regina Marinho e

Ione Bernadete; **Diagramação:** Shirley de O.

Moraes Sousa; **Fotolito e Impressão:** Lastro

Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

TJMG Informativo

E-mail: informativo.ufs@tjmg.gov.br

Participe

Interessados em divulgar notícias no próximo *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom até o dia 15/09/2007.

ERRAMOS

A matéria da página 4, publicada no TJMG Informativo do mês de agosto, intitulada “TJ realiza ato por meio digital”, é de autoria de Raul Machado

Marcelo Albert



Posse de Fernando Botelho

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando Adão Carvalho, empossou o magistrado Fernando Botelho no cargo de desembargador. A solenidade foi realizada no dia 16 de agosto, no Salão do 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. O evento contou com a participação de magistrados, servidores, parentes e amigos do novo desembargador.

Desembargadores Orlando Carvalho e José Fernandes Filho inauguram instalações do Juizado Especial Cível e Criminal de Lavras



Marcelo Albert

A justiça mais perto do cidadão

Lorena Campolina

Há mais de dez anos, o Poder Judiciário de Minas Gerais detém experiência vitoriosa em busca de acordo por meio dos Juizados de Conciliação, da Central de Conciliação e dos Juizados Especiais. No entanto, a busca pelos serviços oferecidos muitas vezes é confundida pelos cidadãos.

O *Juizado de Conciliação*, implantado em 2002 e regulamentado pela Resolução 460/2005, é gerenciado pela Terceira Vice-Presidência. O Juizado funciona com atuação de voluntários, oferecendo espaço, nas comunidades, para a resolução amigável dos conflitos.

O objetivo é promover acordos entre pessoas, de forma rápida, informal e gratuita. É também uma iniciativa para mudar a cultura do litígio para a cultura da conciliação. O cidadão pode procurar o Juizado para buscar a solução de pequenos conflitos como cobrança de dívidas ou de algo emprestado que não foi devolvido, problemas com a vizinhança, descumprimento de uma obrigação, dentre outros. No Juizado, as partes vão em busca de soluções ágeis para os conflitos por meio do diálogo e do bom senso.

A *Central de Conciliação* surgiu no ano de 2000, regulamentada pela Resolução

407/2003 e alterada pela Resolução 453/2004, com o propósito de reduzir o acervo e o tempo de tramitação processual. Essa sistemática vem agilizando a prestação jurisdicional e contribuindo para a redução do aumento do acervo processual nas Varas de Família, Cíveis e Fazenda Estadual.

As *Centrais de Conciliação*, que já estão implantadas em várias comarcas de Minas, buscam o caminho rápido para solucionar causas que já deram entrada no Judiciário. São realizadas sessões prévias de conciliação entre as partes, com a participação de conciliadores, estagiários de Direito ou Psicologia. Depois do parecer do Ministério Público e feito o acordo, o processo é homologado pelo juiz, encerrando a demanda.

Juizados Especiais

Os Juizados Especiais foram criados para o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, orientando-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual

e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação. Sua criação estava prevista na Constituição Federal de 1988, mas somente efetivou-se com a Lei 9.099, de 1995.

Em Minas Gerais, o primeiro Juizado Especial foi instalado em Belo Horizonte em fevereiro de 1996. Na capital, são cinco juizados, sendo três cíveis, um criminal e um de relações de Consumo. Nesses juizados, atuam os juizes de direito que homologam o acordo. Não havendo conciliação, o juiz julga o caso.

Os juizados têm competência para conciliação, processo e julgamento de causas cíveis cujo valor não ultrapasse o limite de 40 vezes o salário mínimo, por exemplo: cobrança, despejo, ressarcimento de danos materiais e morais, execução de títulos de crédito, ações ajuizadas por microempresas, ações cíveis decorrentes de acidentes de veículos, ações contra empresas de telecomunicações, contra empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviços. Em agosto, o Juizado Especial - UFMG recebeu a implantação inovadora do sistema de Processo Judicial Eletrônico (Projudi), em fase de teste.

Juizados de Conciliação - Resolução 460/2005

Em Belo Horizonte, são 64 Postos de Conciliação e três Centrais de Atendimento.
 1) Psiu da Praça Sete - Avenida Amazonas, 478 - Centro - Fone: 3271.2551
 2) Psiu Via Shopping Barreiro - Avenida Afonso Vaz de Melo, 640 - Barreiro - Fone: 3384.7683
 3) Regional Venda Nova - Av. Padre Pedro Pinto, 1.055 - Venda Nova - Fone: 3277.5501

Central de Conciliação - Resolução 460/2005

Fórum Lafayette
 Avenida Augusto de Lima, 1549, sala AL-25 – Térreo
 Barro Preto - Belo Horizonte/MG
 Telefones: (31) 3330-2340 / 3330-2378
 E-mail: conciliacao@tjmg.gov.br

Juizados Especiais - Lei 9.099/95 - Art. 82 a 85 - Lei Complementar 59 Jan/2001

Juizado Especial Cível - Relações de Consumo	Rua Curitiba, 632 / Telefone: 3271-3108
Juizado Especial Cível - UFMG	Av. Álvares Cabral, 211 / Telefone: 3224-1515
Juizado Especial Cível - Gutierrez	Av. Francisco Sá, 1.409 / Telefone: 3275-3891
Juizado Especial Criminal	Via Expressa, 3.250 / Telefone: 3411-5055
Juizado Especial Cível - Barreiro	Av. Sinfrônio Brochado, 802 / Telefone: 3381-7161

Amigos e familiares dos magistrados aposentados participaram do evento



Marcelo Albert

TJ homenageia magistrados aposentados

Raphael Lucca

“Efetivamente, hoje é um dia muito emocionante para nós. Depois de 40 anos exercendo a magistratura, a gente sai e é praticamente esquecido. Mas essa homenagem veio exatamente para isso, congregando os aposentados no seio do Tribunal novamente. Isso é muito gratificante para nós”.

Com essas palavras, o ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Corrêa de Marins, destacou a importância da homenagem aos magistrados aposentados, realizada no último 10 de agosto, reunindo amigos e familiares dos agraciados.

Presidida pelo 1º vice-presidente, desembargador Isalino Lisbôa, o evento contou com a participação do ouvidor-geral do Estado, desembargador Lúcio Urbano, da procuradora do Estado de Minas Gerais, Ana Ivanete dos Santos, do advogado-geral do Estado, José Bonifácio Andrada, do defensor público do Estado, Leopoldo Portela Júnior, do presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Tibagy Salles, e do vereador Ovídio Teixeira. Os demais desembargadores do TJMG também estiveram presentes na cerimônia.

Foram homenageados os desembargadores Pinheiro Lago, Hugo Bengtsson, Corrêa de Marins, Maciel Pereira, José Octávio de Brito Capanema e Gudesteu Biber (representado por seu filho, desembargador Judimar Biber Sampaio), que se aposentaram a partir de 12 de agosto do ano passado, e as juízas Sandra Eloísa Massote Neves, Dêmia Lopes dos Santos, Sônia Marlene Rocha Duarte e Selma Maria de Oliveira Toledo, aposentadas no período de 16 de junho de 2005 a 15 de junho deste ano.

Os magistrados receberam do desembargador Isalino Lisbôa uma medalha de honra ao mérito. Em seguida, o decano do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco Figueiredo, apresentou uma mensagem aos homenageados. O magistrado falou sobre a emoção de representar os colegas e ressaltou que também está prestes a se aposentar.

Em nome dos colegas recém-aposentados, o desembargador Pinheiro Lago agradeceu a homenagem.

Ano da Medalha Hélio Costa

Já a Medalha Desembargador Hélio Costa, outorgada de dois em dois anos em todas as comarcas do Estado, agracia aqueles que venham prestando relevantes serviços ao Poder Judiciário local.

Instituída em dezembro de 1995, ela será entregue neste ano dentro das comemorações do Dia da Justiça, celebrado em 8 de dezembro.

As providências para a escolha do homenageado e os procedimentos para a realização do evento podem ser consultadas no Portal TJMG ou na *Intranet* (Serviços – Orientações – Cerimonial – Medalha Des. Hélio Costa).

O impresso “Ficha de Indicação de Agraciado”, devidamente preenchido e assinado pelos membros da comissão, deverá ser remetido à Assessoria de Comunicação Institucional do TJMG (Ascom – Rua Goiás – 253, Térreo – Belo Horizonte/MG - Cep: 30.190-030 – Telefone: (31)3237-6551), até o dia 20 de setembro.

As despesas decorrentes da homenagem são de responsabilidade da comarca, sendo que, oportunamente, a Ascom providenciará o envio da Medalha e do Diploma.

Plano Estratégico define programas para 2008

Marcelo Albert



O trabalho na 4ª Câmara Cível também é acompanhado estatisticamente

Nanci Andrade

O segundo semestre nem bem começou e o Tribunal já tem definidos os objetivos e diretrizes para o próximo ano, com a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Institucional (PEGI). Essas diretrizes serviram de base para a preparação da Proposta Orçamentária do TJMG, encaminhada ao Executivo em julho.

No PEGI 2008 foram definidos os projetos e atividades a serem executados pelas diversas áreas do TJMG. Nele, foram estabelecidas 14 estratégias para cumprimento de três grandes objetivos institucionais, a saber: atuar de forma preventiva na resolução dos conflitos, agilizar a prestação jurisdicional e facilitar o acesso dos interessados às informações processuais.

O PEGI é elaborado em sintonia com o modelo de gestão do TJ e tem por finalidade alinhar as atividades da Instituição em busca de um foco comum, a partir da definição de estratégias, do estabelecimento de ações, da identificação das áreas responsáveis e do acompanhamento do desempenho. O PEGI 2008 foi aprovado pelo Comitê Estratégico de Gestão Institucional, após discussão dos membros do Comitê Executivo de Gestão, em 17 e 10 de julho, respectivamente.

Continuidade

A secretária executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Maria Nice de Faria Fonseca, ressalta que muitos dos projetos ou atividades já integram a programação de ações previstas para 2007 e estão em execução. A consolidação do GPD, por exemplo, faz

parte da estratégia de número 8 (vide quadro).

Para a escritã do Cartório da Quarta Câmara Cível, Cassiana Lana de Carvalho, a rotina de trabalho dos cartórios está mudando com a implementação do GPD. Hoje já é possível acompanhar estatisticamente tudo o que acontece no cartório e identificar os pontos com problema. A apreensão inicial, com o acréscimo de funções gerenciais às atribuições dos cartórios, foi superada, mediante as melhorias já observadas, esclarece a escritã. Os sistemas de medição já foram incorporados aos procedimentos de rotina, graças ao comprometimento de todos da equipe, reforça Cassiana. Ela destaca o envolvimento dos desembargadores nesse processo.

Amadurecimento

O primeiro Plano de Gestão Institucional (PGI) do TJMG foi elaborado em 1999, com a adoção dos passos rumo à excelência e com projetos voltados para a redução do acervo. Em 2006, foi elaborado o segundo PGI, que passou a se denominar Plano Estratégico de Gestão Institucional (PEGI).

O PEGI 2008 reflete o amadurecimento do modelo de funcionamento adotado pelo Tribunal, ancorado na gestão compartilhada, na profissionalização das equipes e no aprimoramento dos instrumentos de gestão, por meio do GPD. Ele permite direcionar os passos de hoje, com os olhos voltados para o futuro e representa um grande aprendizado para todos da instituição.

Quadro síntese do plano estratégico de gestão institucional

ESTRATÉGIAS – PEGI 2008

1. Apoiar iniciativas da sociedade que constituam formas alternativas de resolução de conflitos.
2. Direcionar os recursos e meios disponíveis, em função da demanda de prestação jurisdicional.
3. Adotar formas inovadoras para agilizar a prestação jurisdicional e reduzir o acervo processual.
4. Aparelhar as comarcas e prédios do TJ com as condições de trabalho necessárias para a prestação jurisdicional.
5. Promover inovações tecnológicas na prestação jurisdicional e na gestão.
6. Otimizar os processos de trabalho finalísticos e de suporte.
7. Aperfeiçoar métodos e instrumentos de controle da prestação jurisdicional.
8. Aperfeiçoar métodos e instrumentos de gestão.
9. Otimizar o uso dos recursos orçamentários, monitorando os gastos com a prestação jurisdicional e com seu suporte.
10. Aperfeiçoar métodos e instrumentos de controle para captação de receitas.
11. Estimular a produtividade e a qualidade no desempenho de magistrados e servidores.
12. Otimizar a comunicação institucional.
13. Apoiar iniciativas da sociedade que constituam formas alternativas de humanização das penas, medidas de segurança e socioeducativas, em interação com outros órgãos e entidades governamentais.
14. Agilizar o pagamento de precatórios.

A estreita relação entre Bioética e Direito

Marcos Xavier

Os avanços recentes da biotecnologia praticamente permitem o controle da vida, tanto na sua concepção, quanto na sua conservação. As técnicas de reprodução artificial têm sido praticadas em grande escala e os estudos sobre a clonagem chegaram às vias de fato com relação a animais. Os estudos sobre a utilização das células-tronco estão avançados. Todas essas questões nos fazem pensar: que implicações e riscos a biotecnologia pode trazer para a vida humana?

A Bioética busca essa resposta, na medida em que avalia as condições necessárias a uma administração responsável da vida humana em geral. A resposta vem também do Direito, ao se avaliar que limites devem existir para que a biotecnologia não viole os direitos fundamentais do homem. Por outro lado, como os procedimentos dessa ciência alteram a vida social e familiar das pessoas, é necessário que eles sejam regulados por uma legislação clara e abrangente.

Reprodução artificial

O advogado e presidente da Comissão de Bioética da OAB/MG, José Roberto Moreira Filho, alerta para o fato de que atualmente, no Brasil, não existe nenhuma lei que ampare e regule a reprodução humana artificialmente assistida.

A única regulamentação existente é a Resolução 1.358 do Conselho Federal de Medicina, que possui normas éticas para os procedimentos de reprodução artificial. Porém, como observa o desembargador Caetano Levi Lopes, da 2ª Câmara Cível do TJMG, trata-se de uma disciplina administrativa, sem força de lei. Assim, as demandas que surgirem nessa área, segundo o magistrado, dependerão da análise de caso a caso pela Justiça.

Questões fundamentais necessitam de amparo da legislação. Entre elas: é permitida a reprodução artificial para pessoas sóas e férteis? A criança gerada através de doação de óvulo ou esperma tem direito à informação da sua identidade genética? O cedente do esperma poderá reclamar a paternidade? A mulher que se valeu de sêmen de um terceiro pode reclamar alimentos deste em relação à criança? A mulher pode "alugar" seu útero? A viúva pode utilizar-se do sêmen preservado do marido falecido para promover a fecundação? Casais homoafetivos podem se utilizar da reprodução artificial?

"Ante a carência total de uma legislação específica e

Questões fundamentais necessitam do amparo da legislação.

Entre elas: A mulher que se valeu de sêmen de um terceiro pode reclamar alimentos deste em relação à criança?



Quando não implantados no útero, os embriões são congelados



abrangente, o profissional da saúde tem de ter um exacerbado senso ético e profissional para que os seus procedimentos e técnicas não sejam alvos de lides judiciais”, ressalta José Roberto Moreira Filho.

Clonagem

A clonagem reprodutiva é uma técnica já testada em animais, mas o seu uso em seres humanos é considerado antiético e é proibido no Brasil pela Lei de Biossegurança, de 2005.

O médico especialista Francisco de Assis Nunes Pereira, do Laboratório de Reprodução Humana do Hospital das Clínicas da UFMG, esclarece, entretanto, a diferença entre clonagem reprodutiva e clonagem terapêutica. Essa última utiliza técnicas de engenharia genética em células-tronco, células embrionárias que são capazes de se diferenciar em mais de 200 tipos celulares, para constituir tecidos e até mesmo órgãos. Esse procedimento pode auxiliar no tratamento de doenças neurológicas, cardíacas ou incuráveis, como câncer e aids, por exemplo, e é permitido pela Lei de Biossegurança.

Alguns segmentos da sociedade têm assumido uma posição contrária à pesquisa com células-tronco, alegando que o início da vida humana ocorre no momento da concepção, o que tornaria a pesquisa com células embrionárias injustificável e antiética.

Os cientistas, por outro lado, sustentam que, quando não implantados no útero, os embriões são congelados. Dentre esses embriões, há os que são descartados e, nesse caso, por que não doá-los para pesquisa?

O tema levou o Supremo Tribunal Federal a promover, pela primeira vez em sua história, uma audiência pública para orientar um julgamento, em abril deste ano. A Procuradoria-Geral da República sustenta, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, que não há permissão legal para a utilização de células-tronco.

Como o STF entendeu que o tema é muito amplo e de difícil conceituação jurídica, o relator da matéria, ministro Carlos Ayres Britto, optou pela audiência pública, que teve a participação de especialistas em biotecnologia e representantes da sociedade. Segundo ele, do ponto de vista técnico, não existe na Constituição um conceito claro de quando começa a vida. Por isso, a partir da audiência, os ministros do STF têm mais condições de formular “um conceito operacional de vida, desde seu início, da própria dignidade da pessoa humana para tornar a Constituição eficaz” e voltar a julgar o assunto.

No Brasil, não existe nenhuma lei que ampare e regule a reprodução humana artificialmente assistida.

Comarca de Barroso incentiva cultura da paz

O projeto *Por uma Cultura de Paz nas Escolas* foi lançado no dia 9 de agosto em Barroso



Divulgação

Rafaela Leal

Reduzir a ocorrência de violência praticada ou sofrida por professores, alunos e familiares no ambiente escolar a partir da realização de cursos de capacitação profissional destinado aos educadores. Esse é o objetivo do projeto *Por uma Cultura de Paz nas Escolas*, que foi lançado no dia 9 de agosto, na comarca de Barroso.

O projeto é uma realização da comarca, através da juíza diretora do Foro, Valéria Possas Dornellas, com a coordenação técnica da assistente social judicial, Adriane Caldeira Resende, e a participação de cinco servidores do Judiciário local. Todos os envolvidos atuam como voluntários.

O servidor e o próprio Judiciário cumprem sua missão institucional com maior eficiência, principalmente quando buscam promover a paz social, ultrapassando questões processuais, encontrando alternativas inteligentes de enfrentamento da questão social, salientou a juíza.

A proposta surgiu de demanda das próprias escolas que solicitaram do Judiciário intervenções nos conflitos do ambiente escolar, capacitando os educadores a enfrentar e administrar o fenômeno da violência.

Agente de mudança

Segundo a assistente social, Adriane Caldeira Resende, os profissionais vão se transformar em

agentes de mudança e estarão aptos a acolher determinado conflito do estudante, encaminhando a demanda para os órgãos competentes, se preciso.

O fenômeno da violência não está inserido somente na relação do estudante com a comunidade escolar e seu entorno, mas também da escola com o estudante, revelado em situação de evasão escolar, acredita a assistente social. Para ela, o curso de capacitação vai criar maior sensibilidade dos educadores para entender a realidade familiar de crianças e adolescentes em situação de risco social.

Regulamentado pela Portaria-Conjunta nº 103/07, de 8 de agosto de 2007, o projeto *Por uma Cultura de Paz nas Escolas* conta com a parceria da Prefeitura Municipal de Barroso e da Terceira Superintendência Regional de Ensino da Secretaria de Estado da Educação.

Compete à Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), através da Diretoria-Executiva de Desenvolvimento de Pessoas (Dirdep) e à 3ª Vice-Presidência, por meio da Assessoria de Gestão da Inovação (Agin), apoiar, orientar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo projeto, considerando as etapas previstas e os resultados almejados. Conforme a Portaria, *Por uma Cultura de Paz nas Escolas* é considerado um projeto piloto em Barroso e pode ser expandido para outras comarcas do Estado a partir da análise dos resultados alcançados no final da etapa de avaliação.



O projeto piloto de Barroso pode ser expandido

para outras comarcas.

No ritmo da Comunicação

Marcelo Albert



O desembargador Alexandre Victor de Carvalho é o superintendente de Comunicação do TJMG

Professor, incentivador da comunicação, amante da leitura, do futebol e da música. Essas são algumas das facetas do desembargador Alexandre Victor de Carvalho, integrante da 5ª Câmara Criminal e superintendente de Comunicação do TJMG. Casado, pai de Guilherme, 14 anos, Alexandre Victor traz na carreira a experiência como promotor e procurador de Justiça, tendo atuado nas comarcas de Diamantina, Caratinga e Belo Horizonte. Foi nomeado juiz do extinto Tribunal de Alçada pelo Quinto Constitucional. Após a fusão dos tribunais, foi promovido ao cargo de desembargador. Nesta entrevista, Alexandre Victor destaca as últimas conquistas do TJMG na área da Comunicação e da Informatização.

Vanderleia Rosa

TJMG Informativo - A Semana da Tecnologia, Justiça e Cidadania discutiu e apresentou soluções tecnológicas voltadas para a agilização da Justiça. Fale-nos dessas conquistas.

AC: O Processo Judicial Eletrônico (Projudi) significa um avanço para a formulação de um novo processo judiciário brasileiro, gerando uma extrema facilidade no acesso à Justiça e beneficiando os diversos atores processuais. A transmissão de sessão do 1º Tribunal do Júri, ao vivo, pela *internet*, constituiu-se em um marco na história do Poder Judiciário mineiro, propiciando à população o acompanhamento de uma atividade importante do Judiciário. Esses projetos demonstram a postura vanguardista do TJMG no cenário nacional.

TJMG Informativo - Transparência e agilidade são práticas defendidas pelo Tribunal de Justiça. Como a Comunicação pode se mostrar eficaz instrumento na concretização de tais práticas?

AC: A Comunicação permite a qualquer corporação, pública ou privada, transmitir suas metas e missões aos públicos interno e externo, bem como fazer-se compreender pela sociedade. Devemos utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, especialmente os mais modernos, além de nos preocupar em empregar modos de comunicação de massa que levem nossas mensagens a todos os segmentos sociais. Temos que realizar as mudanças necessárias no processo de comunicação, com o abandono das velhas formas de informação e a substituição por novas que nos coloquem em posição de pioneirismo para o alcance da máxima eficiência com os menores custos.

TJMG Informativo - Nos últimos anos, o TJMG vem implementando várias ações de aproximação com seus públicos, por meio de campanhas, cartilhas, vídeos, programas de TV. Recentemente, o Fale com o Presidente e o novo Portal. Avalie essas iniciativas.

AC: São iniciativas fundamentais para que a sociedade conheça o Poder Judiciário mineiro. Os públicos interno e externo devem ser aproximados do nosso Poder, devem conhecê-lo, compreendê-lo, pois somente assim estaremos efetivando os princípios constitucionais da Democracia. O programa *Fale com o Presidente* é um canal de comunicação que elimina aparatos burocráticos entre o público interno e o chefe do Poder, com ganhos para a transparência das ações do TJMG. O novo Portal configura o definitivo ingresso do Judiciário mineiro na mais avançada concepção tecnológica da *internet*, revelando uma cara moderna e renovada desta centenária casa da Justiça.

TJMG Informativo - Que políticas de Comunicação estão previstas para serem implementadas a curto e médio prazo no TJ?

AC: A curto prazo vamos proceder à padronização da sinalização de todos os prédios do Judiciário no Estado. Pretendemos estabelecer, provavelmente através de videoconferências, contato entre o presidente e os superintendentes das áreas com os magistrados da capital e interior. O objetivo é mostrar aos juizes a estrutura organizacional do TJMG e as funções das Superintendências, após o redesenho. Vamos procurar inserir na mídia de massa nacional as ações de responsabilidade social do TJMG, revitalizando nossos programas culturais e jurídicos na televisão fechada, visando ao aprimoramento dos mesmos. A médio e longo prazos o grande projeto da Assessoria de Comunicação é a implementação de um canal de televisão para o Judiciário mineiro.

Temos que realizar as mudanças necessárias no processo de comunicação, com o abandono das velhas formas de informação e a substituição por novas”.

Dados revelam agilidade nos julgamentos

O superintendente Judiciário, desembargador Isalino Lisbôa, com a secretária da Sepad, Valéria Valle Vianna



Marcelo Albert

Dênia Ribeiro

“Estamos começando a colher os frutos do redesenho”, entusiasma a secretária da Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária, (Sepad) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Valéria Valle Vianna, ao comentar o resultado dos julgamentos processuais na nova gestão.

De fato: No primeiro semestre deste ano, do total de processos distribuídos e redistribuídos no Tribunal de Justiça, quase totalidade foi julgada, conforme aponta a estatística processual feita pela Superintendência Judiciária e divulgada em julho no Minas Gerais. Ressalve-se que os processos cadastrados nos cartórios não constam dessa estatística.

Para o 1º vice-presidente e superintendente Judiciário, desembargador Isalino Lisbôa, esses resultados demonstram mais que números. “É um tanto temerário um estudo comparativo com outros tribunais, porque os dados podem sofrer algumas alterações, mas pelo que pude identificar, guardadas as devidas proporções, Minas Gerais ocupa um dos três primeiros lugares nacionais na rapidez dos julgamentos. Esses números revelam um esforço enorme de todos do Tribunal”, conclui o desembargador.

De acordo com os relatórios, dos 66.665 processos distribuídos e redistribuídos de janeiro a julho de 2007 no TJMG, 63.661 foram julgados. Além disso, foram pro-

feridas 8.400 decisões monocráticas e distribuídos à 1ª e 3ª Vice-Presidências 23.541 processos. Houve também 11.608 despachos proferidos em juízo de admissibilidade.

TJMG em dia

Apesar dos números elevados do acervo, o TJMG está em dia com seus julgamentos, como esclarece o desembargador Isalino Lisbôa. “Fala-se muito sobre morosidade no Judiciário e nós demonstramos com os números que aqui em Minas Gerais o TJ está priorizando os julgamentos”, diz

Realizado pela Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária, através do Centro de Informações de Resultados da Prestação Jurisdicional na 2ª Instância (Ceinjur) o trabalho de coleta de dados também contou com a participação da 3ª Vice-Presidência, como lembra o desembargador Isalino Lisbôa: “Quero destacar a importante colaboração do desembargador Carreira Machado, da 3ª Vice-Presidência, que ficou com os 1º e 2º cartórios de Recursos a outros Tribunais, ressalta o superintendente.

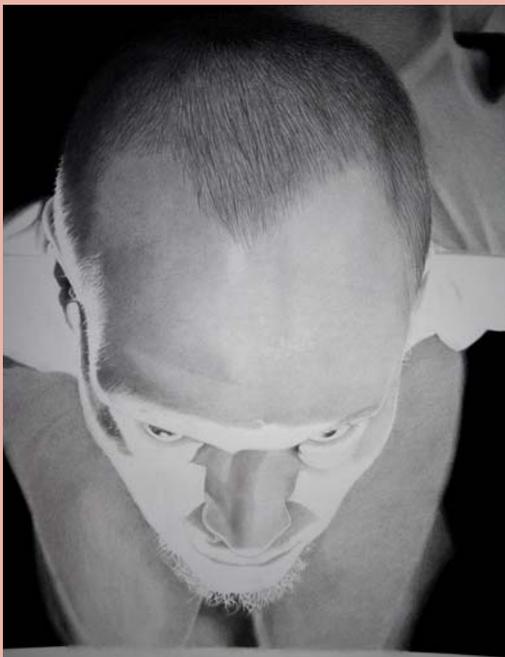
Segundo o gerente do Ceinjur, Mauro Marques, os dados são enviados, mensalmente, pelos cartórios. “Na nova gestão do TJMG os cartórios têm metas a cumprir e nós estamos fazendo o seu acompanhamento. As informações serão divulgadas a cada mês no *box* da Vice-Presidência do Caderno Judiciário, publicado no *Jornal Minas Gerais*”, explica.

“Esses números revelam um esforço enorme de todos”, declara o desembargador Isalino Lisbôa.

Desenhos de Sérgio Vaz

na Galeria do Fórum Lafayette

Marcelo Albert



Os desenhos da mostra *Peça/pedaço* foram feitos em 2006 e 2007

Rosana Maria

No próximo mês, a Galeria de Arte do Fórum Lafayette em Belo Horizonte recebe as obras do artista plástico Sérgio Vaz. A mostra, intitulada *Peça / Pedaço*, será aberta no dia 2 de outubro, às 19h.

Sérgio Vaz conta que essa exposição é o resultado de uma pesquisa do corpo como porção de matéria, carne. Diz que a construção do próprio desenho "pode conduzir a memória, através do olhar, a reconhecer justamente essa matéria naquilo que ela é em si mesma, antes de perceber o humano".

Os desenhos da mostra *Peça/Pedaço* foram produzidos entre 2006 e 2007 no estilo hiper-realismo, também conhecido como realismo fotográfico, que busca mostrar uma

abrangência muito grande de detalhes, tornando a obra quase idêntica a uma fotografia ou a uma cena da realidade. A técnica utilizada foi o grafite sobre papel.

"Tenho trabalhado com a possibilidade do retorno ao inanimado. Quero captar o momento em que as forças latentes da matéria inanimada voltam a dominar sobre a vontade ou ânima, que dá sentido à manifestação da presença ou ser", explica Sérgio Vaz.

O público pode visitar a exposição no período de 3 de outubro a 8 de novembro, de segunda a sexta, das 8 às 18h. O endereço é Avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto.



Viagem pela Música Popular Brasileira

Sonhos e realidade da nova Europa no Cine TJ

Em *Desde que Otar partiu*, Eka, Marina e Ada, três gerações de uma família na Geórgia têm seus momentos de felicidade com as notícias de Otar, que foi para a França para estudar Medicina. Quando ele morre, Marina e Ada – mãe e filha – decidem poupar a matriarca Eka, continuando a escrever as cartas, periodicamente enviadas pelo filho imigrante.

A francesa Julie Bertucelli, que havia trabalhado como assistente de cineastas como *Krzysztof Kieslowski*, faz dessa sua estréia na direção um belo e intimista conto familiar. Ao mesmo tempo, fala dos sonhos e da realidade da nova Europa, assim como o recente "Adeus, Lênin", também exibido no *Cine TJ*. Outro destaque do filme de 2003 é Esther Gorintin, que começou sua carreira de atriz aos 86 anos, e já tinha 90 quando interpretou a avó Eka.

Desde que Otar partiu será exibido no *Cine TJ* do dia 27 de setembro, às 19h, com comentários do desembargador Sérgio Braga, no auditório do Anexo II do TJMG, na rua Goiás, 253, 3º andar, Centro.

O evento Comunidade & Justiça, previsto para o dia 5 de outubro, vai "pegar uma carona" no som do quinteto *Carona Brasil*.

Nesse mesmo dia, às 17 horas, no I Tribunal do Júri, em Belo Horizonte será realizada a entrega das medalhas de mérito "Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena".

O *Carona Brasil* é o encontro de cinco vozes femininas apaixonadas por MPB e poesia. O nome do grupo é o resultado de um acróstico constituído por sílabas dos nomes das cantoras: Cássia Mattiello, Rosana Tunes, Ana Mafra, Branca de Castro e Sílvia Zappulla.

O quinteto formou-se em 2002 a partir de um projeto em uma escola de canto, onde quatro das cinco

integrantes eram alunas.

Elas já se apresentaram em vários espaços na capital mineira e participaram dos programas *Palco Brasil* e *Arrumação*, ambos pela Rede Minas.

O Comunidade & Justiça faz parte do projeto *Quarta Cultural* e é uma realização da Assessoria de Comunicação Institucional - Núcleo Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte e patrocínio do Banco do Brasil. Informações pelo telefone (031) 3330-2123 ou pelo e-mail forumbh-cultural@tjmg.gov.br.

O show será, excepcionalmente, no dia 5 de outubro, às 19h, no pátio interno do Fórum. A entrada é franca.



Conto Sete em Ponto em dose dupla

Patrícia Melillo

O projeto *Conto Sete em Ponto* irá apresentar dois espetáculos no mês de outubro. O primeiro, *Palavras Andantes*, no dia 4, é baseado no livro homônimo do escritor uruguaio Eduardo Galeano e no trabalho do brasileiro José Francisco Borges, que foi o responsável pelas ilustrações do livro.

Os contos possuem a atmosfera da oficina do ilustrador de cordel, na cidadezinha de Bezerros, no interior do nordeste do Brasil. Uma mesa remendada, velhas letreiras, móveis de chumbo e madeira, uma prensa que talvez Gutenberg tenha usado... O ar cheira a tinta e madeira. As pranchas de madeira, em pilhas altas, esperam que Borges as talhe, enquanto as gravuras frescas, recém-impressas, secam penduradas no arame de um varal.

Em plena era da televisão, Borges continua sendo um artista da antiga tradição do cordel. Em minúsculos folhetos, conta causos e lendas: ele escreve os versos, talha as pranchas, imprime as gravuras, carrega os folhetos nos ombros e os oferece nas feiras, de povoado em povoado, cantando em ladainhas as façanhas das pessoas e

dos fantasmas.

O espetáculo foi concebido e será apresentado pelos contadores de histórias José Bocca (SP) e Rosana Mont'Alverne (MG), acompanhados do músico Marcos Boi (SP).

O Amor em Grandes Sertões

O segundo espetáculo, no dia 25 de outubro, faz parte das comemorações da Semana do Servidor do TJMG. O monólogo *O Amor em Grandes Sertões* é protagonizado pelo ator João Bosco Alves.

Este ano, João Bosco está completando 40 anos como ator. Já atuou em mais de 30 peças teatrais, entre elas, o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Toda Nudez Será Castigada* e *Pequenos Burgueses*.

Por sua atuação no monólogo *O Amor em Grandes Sertões* foi indicado ao prêmio Usiminas/Sinparc, como melhor ator, em 2005.

O espetáculo é uma adaptação do

romance *Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa*. Riobaldo, um ex-jagunço, já velho, conta sua história a um forasteiro a quem ele chama de doutor.

A adaptação enfoca o amor dentro de todo um contexto de questões sociais e políticas, religiosidade, lutas internas do homem, seus espantos e mistérios. Observando a abordagem de Guimarães Rosa em sua obra, *O Amor em Grandes Sertões* não privilegia o regional, mas sim a universalidade: o sertão é o mundo.

Coordenado pelas contadoras de histórias Daura Guimarães e Rosana Mont'Alverne, o projeto *Conto Sete em Ponto* é uma realização do TJMG, com produção da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) e patrocínio do Banco do Brasil.

Os espetáculos são realizados no Auditório do Anexo I do TJMG - rua Goiás, 229, Centro -, sempre às 19h. Os convites podem ser adquiridos gratuitamente na Ascom e na Livraria Quixote (Savassi), na véspera e no dia do evento. Informações pelos telefones 3237-6551, 3330-2123 e 3289-2520.

Célia Maria Rosa

CLICK DO LEITOR

O cerrado de Três Marias/MG conta com as maravilhas das veredas - pequenos cursos d'água, de afluentes e subafluentes perenes do Rio São Francisco, margeadas pela palmeira buritis. Guimarães Rosa, disse: "De longe a gente avista os buritis, e já se sabe: lá se encontra água". Três veredas (Vereda São José, da Tolda e da Ponte Firme) no caminho percorrido pelo escritor João Guimarães Rosa, em 1952, deram origem ao clássico da literatura *Grande Sertão: Veredas* e foram tombadas pelo patrimônio natural, cultural e histórico de Três Marias, com o objetivo de preservá-las da degradação.

Célia Maria Rosa - Oficial de Apoio da Comarca de Três Marias



IMPRESSO